



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682483 - PR (2021/0233086-1)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
IMPETRANTE : RICARDO ALBERTO ESCHER E OUTROS
ADVOGADOS : RICARDO ALBERTO ESCHER - PR032129
SIMONE SESTREN - PR078057
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
PACIENTE : DIEGO PADILHA PINTO
PACIENTE : EDIVALDO PADILHA PINTO
PACIENTE : EDEGAR PADILHA PINTO
CORRÉU : FRANCISCO CARLOS CABRINI
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de DIEGO PADILHA PINTO, EDIVALDO PADILHA PINTO e EDEGAR PADILHA PINTO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ (HC n. 0040581-07.2021.8.16.0000).

Os pacientes são réus em ação penal pela suposta prática do delito de concussão.

O impetrante sustenta a ocorrência de nulidade, pois, na fase do art. 402 do Código de Processo Penal, o Ministério Público teria juntado vídeo com depoimento de testemunha prestado no gabinete da promotoria, sem a participação dos réus e do Juízo, o que violaria o princípio da paridade de armas, do devido processual legal e da ampla defesa.

A referida juntada foi impugnada pela defesa, ocasião em que o Juízo processante teria determinado o desentranhamento do vídeo, todavia teria deferido pedido do Ministério Público para ouvir novamente, em juízo, a referida testemunha.

Alega que *"a iniciativa da reinquirição da testemunha Karolyne Rodrigues dos Santos É DERIVADA DE UMA INQUIRÇÃO COLHIDA DE FORMA ILÍCITA, ou seja, sem previsão legal, uma vez que realizada após a oitiva da referida testemunha na audiência de instrução por aquele D. Juízo, e, sem falar que a inquirição em gabinete, violou o contraditório e a ampla defesa dos Pacientes"* (e-STJ fl. 16).

Requer, liminarmente, a suspensão da audiência para reinquirição da testemunha Karolyne Rodrigues dos Santos, aprazada para o dia 30/07/2021 as 13h00 junto ao Juízo Criminal do Foro Regional de Araucária –Paraná.

No mérito, pugna pela concessão da ordem para confirmar a liminar e para que seja decretada a nulidade da reinquirição da referida testemunha; que seja reconhecida a violação do art. 402 do Código de Processo Penal e que seja reconhecido o ato do r. Juízo Monocrático e demais anteriores sobre o mesmo assunto,

como nulo.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. CUMPRIMENTO DE PENA EM PRISÃO DOMICILIAR. RECOMENDAÇÃO 62/2020 DO CNJ. COVID-19. GRUPO DE RISCO. CRIME VIOLENTO. CONDIÇÃO DE SAÚDE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE AGRAVAMENTO. RECÁLCULO DA PENA. INOVAÇÃO RECURSAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO.

[...]

3. A matéria relativa ao recálculo da pena para fins de progressão de regime, além de representar indevida inovação recursal, não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem, motivo pelo qual esse ponto não poderá ser conhecido por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

4. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC n. 579.110/SP, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 14/9/2020.)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF: “Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.”

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete, porquanto o relator, na origem, consignou que (e-STJ fl. 34):

[...] Observa-se que o juízo demonstrou, mediante a análise do caso a quo concreto, e em decisão exaustivamente fundamentada, a imprescindibilidade da reinquirição da testemunha Karolyne Rodrigues dos Santos, ao evidenciar que “havendo interesse na elucidação dos fatos e diante do permissivo legal (art. 209 do CPP), tem-se que a nova oitiva de Karolyne Rodrigues dos Santos é legítima e consubstanciará ato processual independente, não se enquadrando como prova ilícita ante a inexistência de nexo causal entre os equívocos cometidos na prova desentranhada dos autos, com a prova que será produzida em audiência posterior (art. 157, §1º, do CPP).

[...]

Em princípio, o artigo 209 do Código de Processo Penal permite que o magistrado ouça testemunhas, quando lhe parecer conveniente, como ocorreu no

caso em tela.

Além disso, em tese, pode o magistrado “determinar, no curso da instrução, ou antes de proferir sentença, a realização de diligências para dirimir dúvida sobre ponto de acordo com o artigo 156, II, do Código de Processo Penal. relevante”,

E, no caso, a reinquirição da testemunha, em tese, é necessária, tendo em vista que o acusado DIEGO PADILHA PINTO, ao prestar interrogatório em Juízo, “declarou que a vítima Karolyne Rodrigues dos Santos confidenciou ter adquirido imóvel, desembolsando, para tanto, a quantia de R\$ 17.000,00 (dezessete mil reais) como entrada e R\$ 5.000,00 (cincomil reais) em documentação, conforme mídia de evento 219.13”. Vale ressaltar que o Ministério Público, em juízo de cognição não exauriente, também pode requerer diligências relativas a fatos apurados na Instrução processual, nos termos do artigo 402 do Código de Processo Penal, segundo o qual “Produzidas as provas, ao final da audiência, o Ministério Público, o querelante e o assistente e, a seguir, o acusado poderão requerer diligências cuja necessidade se origine de circunstâncias ou fatos apurados na instrução”.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente habeas corpus.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI
Vice-Presidente, no exercício da Presidência